

Direito Financeiro Esquematizado

DIREITO FINANCEIRO ESQUEMATIZADO

Curso de direito financeiro e orçamentário

Poder Judiciário - Vol. I

Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)

Introdução ao estudo do direito tributário

Revista Internacional Consinter de Direito - Ano IV - Número VII

Curso De Direito Financeiro Brasileiro

Direito Tributário Esquematizado

Dívida Pública

Lições Esquematizadas de Introdução ao Estudo do Direito

Programa de direito financeiro e finanças

Direito Financeiro e Orçamentação

Reintegra

Direito Financeiro - Série Universitária

AGU - Direito Penal e Direito Processual Penal

DESAFIOS DO DIREITO NA CONTEMPORANEIDADE Vol.4

A materialidade dos direitos fundamentais sob o enfoque da justiça fiscal

Curso de direito financeiro brasileiro

Pratica Tributária

Estudos de Direito Contemporâneo - Vol. 2

MANUAL DO VEREADOR

Do Combate aos Crimes Financeiros e Tributários

Elementos relevantes para identificação do candidato com necessidades especiais

A Trajetória do Sistema de Controle Interno

O Orçamento Secreto e o Princípio da Publicidade: a falta de transparência e a inconstitucionalidade

Direito Tributário

Lições de Fiscalidade

Direito do Estado, Inovação Tecnológica e Desenvolvimento

Teoria Constitucional Esquematizada em Quadros

Estudos de Direito Civil e Processo Civil

Open Data Day

Manual de direito financeiro e tributário

Questões Comentadas - Direito Penal e Processual Penal

O orçamento público como meio de promoção do desenvolvimento regional

Crise e transformações do estado: apontamentos e perspectivas

Finanças e orçamento público

Super-Revisão OAB Doutrina - Direito Financeiro e AFO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA: ASPECTOS RELEVANTES NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O redirecionamento da execução fiscal para os sócios e/ou administradores

Curso de Direito Tributário

Direito Financeiro Esquematizado

Downloaded from business.itu.edu.uy guest

DECKER CONWAY

DIREITO FINANCEIRO ESQUEMATIZADO Editora Thoth

A dívida pública é seguramente o tema menos explorado e mais complexo do Direito Financeiro, o que não se pode aceitar nem justificar, por ser dos mais relevantes que mais afeta vida de todos nós. Superar as barreiras que o endividamento público impõe é uma tarefa de governantes e governados, e para isso é preciso em primeiro lugar conhecer e compreender os fenômenos que a integram. Enfrentar esse desafio é o que se propuseram os autores dessa obra, e o fizeram com invejável desenvoltura, explorando aspectos como o conceito, orçamentação, contabilização, gestão, planejamento, limites, controle e a responsabilidade intergeracional, tornando essa obra referência aos que queiram explorar esse tema tão instigante.

Curso de direito financeiro e orçamentário Editora Dialética

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI) tem base constitucional e alcança

todos os órgãos e entidades federais, além da execução de recursos públicos da União pelos entes federativos ou por organizações privadas. Insere-se no contexto dos mecanismos de controle que têm por objetivo verificar a legitimidade dos atos administrativos e averiguar a legalidade e eficácia dos gastos do setor público. Mesmo com tal competência e abrangência, a função de controle interno realizada pelo SCI ainda não foi abordada de forma adequada pela doutrina jurídica mais difundida. Seu órgão central, a Controladoria-Geral da União (CGU), ganhou novas atribuições desde sua criação. Assim, foi traçada a trajetória institucional da CGU, demonstrando os caminhos jurídicos trilhados, bem como identificando os impactos dessas mudanças para o SCI. *Poder Judiciário - Vol. I* Editora Dialética

Como disciplina jurídica, o direito tributário é a que tem maior impacto em nossas vidas.

Entretanto, não ocupa o espaço de destaque que deveria ter no Curso de Direito. Por isso, é preciso mais do que nunca mudar a imagem da disciplina. Com uma linguagem simples, concisa e bastante objetiva, o livro é voltado, sobretudo, para a comunidade acadêmica. O objetivo desse livro é aproximar o aluno das discussões relacionadas à tributação, despertar o seu interesse em

participar de debates sobre a matéria, bem como desenvolver um raciocínio crítico acerca dos aspectos fundamentais do Sistema Tributário Nacional. A obra está dividida em seis capítulos: I – Direito Tributário; II – Conceito de Tributo; III – Espécies Tributárias; IV – Competência Tributária; V – Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar e; VI – Imunidades Tributárias. Ao discorrer sobre tais temas, além da discussão doutrinária, houve a preocupação em trazer para o leitor o entendimento jurisprudencial firmado em teses de repercussão geral, em recursos repetitivos, em súmulas do STF e do STJ. O livro foi planejado e idealizado para mostrar aos alunos que é possível não apenas conhecer, mas gostar do Direito Tributário.

Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) DIREITO FINANCEIRO ESQUEMATIZADO A obra abrange todos os campos em que se desenvolve a atividade financeira do Estado - objeto do direito financeiro - despesas públicas, receitas públicas, orçamento público e crédito público. Também recebeu especial atenção o tema do controle da atividade, com destaque à atuação do Tribunal de Contas da União (TCU). Contribui para os estudos daqueles que se debruçam sobre a regulação jurídica das finanças públicas. Direito Financeiro - Série Universitária

O livro “DIREITO TRIBUTÁRIO: Conceitos e questões comentadas em concursos de contabilidade” possui como objetivo ser um guia seguro para o estudante de contabilidade, contador e contabilista no seu preparo para o ingresso na Administração Pública via concurso. Os conceitos presentes na obra, são os mais corriqueiros nos concursos em Direito Tributário, e foram retirados a partir da resolução de questões ao longo dos anos, especialmente naquelas provas, onde o cargo é privativo do contador e/ou contabilista. O respectivo livro possui o mesmo raciocínio das obras já publicadas pelo autor, quais sejam: : “Exame da ordem em direito tributário: Guia completo” e “Exame da ordem em direito tributário: Guia prático”, inclusive como bônus para o estudante que adquirir o opúsculo, foi inserido na parte 03, todas as questões em direito tributário (comentadas) dos exames unificados da OAB, desde que o mesmo se tornou unificado.

Introdução ao estudo do direito tributário Almedina Brasil

Este trabalho objetiva demonstrar os requisitos mais relevantes para permitir a identificação do certamista com necessidades especiais, permitindo-o concorrer às vagas da reserva legal dos concursandos com deficiência, além de mostrar algumas prerrogativas mais importantes que efetivam o tratamento diferenciado dos concorrentes da reserva legal. Nesse viés, tenciona-se criar um conceito de deficiência, aliando preceitos legais e jurisprudenciais, somado às regras de hermenêutica e à opinião do autor sobre o assunto. Disso, resulta-se que o rol legal de deficiências seja exemplificativo, uma vez que basta a apresentação das características descritas na definição defendida para que uma anomalia seja considerada como deficiência. Nesse panorama, serão apresentadas algumas das principais modalidades de deficiência, tais como a visual, auditiva e mental. Igualmente, para que haja um melhor entendimento da questão em pauta, será exposta a definição de concurso público, bem como alguns princípios basilares, a exemplo da legalidade, igualdade e impessoalidade, sem olvidar do fundamento legal para que haja tratamento distinto aos candidatos com necessidades especiais. Também urge salientar que o momento da desclassificação do candidato com necessidades especiais, cuja deficiência seja incompatível com as atribuições do cargo almejado, será explanado, sendo impreterível frisar qual seria a competência da equipe multiprofissional em relação ao concursando com necessidades especiais. É imperioso discorrer que será arguida a existência de princípios específicos que devem guiar a seleção dos concorrentes com deficiência, a saber: a interpretação mais benéfica e a necessidade de que haja adaptação individuada à deficiência do certamista. Entre algumas das assertivas fundamentais que efetivam o tratamento diferenciado ao concorrente com deficiência, cite-se a assistência de terceiros, a ajuda técnica e a adaptação razoável. O problema presente neste trabalho seria apresentado da seguinte forma: é possível descrever um conceito que, por meio de características gerais, possa identificar um concursando com necessidades especiais? E se isso for factível de ser realizado, seria possível identificar algumas das características mais relevantes para o tratamento diferenciado da pessoa com necessidades especiais no concurso público?

Respondendo, com a hipótese a seguir: sim, as duas proposições são exequíveis. Como método, será utilizado o bibliográfico, colhendo o ponto de vista da doutrina sobre o tema desta pesquisa, além de amearhar a jurisprudência atinente, os comandos das leis respectivas, com a aplicação das regras exegéticas e do pensamento do autor sobre a matéria. Além disso, a importância deste trabalho é revelada ao conscientizar os indivíduos com deficiência sobre seus direitos e, com isto, assegura-se maior efetividade à reserva legal nos certames, bem como se propicia maior inserção das pessoas com necessidades especiais no âmbito da Administração Pública, atenuando-se, assim, a marginalização destes e permitindo maior participação dos deficientes na sociedade.

Revista Internacional Consinter de Direito - Ano IV - Número VII Editora Foco

A abordagem da materialidade dos direitos fundamentais sob o prisma fiscal é um estudo sobre como a política tributária afeta a distribuição de recursos na sociedade. A tributação pode ser um instrumento poderoso para promover a igualdade e a justiça social, mas também pode gerar desigualdades se não for desenhada de maneira adequada. A capacidade do Estado de financiar serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança, está diretamente relacionada à eficácia da tributação. A materialização dos direitos fundamentais, como o acesso universal à educação e à saúde, depende da alocação de recursos fiscais de forma apropriada e equitativa. Assim, para que haja a materialidade (efetivação) dos direitos fundamentais, o Estado necessita de renda tributária. Dessa forma, para proteger direitos (distribuir recursos), há necessidade de receita para custear esses direitos fundamentais, que são concretizados nomeadamente através de políticas fiscais tributárias. Convém ressaltar que até mesmo para uma demanda tão geral e elementar quanto a garantia do mínimo existencial, o tributo torna-se um fardo coletivo e atinge a todos os cidadãos. Por fim, espera-se que este estudo instigue outros estudiosos a se debruçarem

sobre o tema.

Curso De Direito Financeiro Brasileiro Editora Dialética

Reconhecendo o primor da produção intelectual dos pesquisadores, professores, mestrandos e doutorandos vinculados ao Grupo de Pesquisa, o ilustre professor Dr. José Maurício Conti congregou na presente publicação 40 textos que expandem a nossa compreensão sobre temas encantadores e ainda pouco abordados pela literatura especializada, como governança democrática no Poder Judiciário, judicialização de políticas públicas e realização de direitos sociais, controles de despesas e fiscalização financeira e orçamentária dos órgãos judiciais, entre outros. Além da agregação de material científico da mais alta qualidade técnica, a presente obra representa contribuição de valor singular para a reconstrução crítica do Direito Financeiro brasileiro. Espera-se que as reflexões aqui veiculadas sirvam ao desiderato – difundido com tamanho afinco na trajetória acadêmica do prof. Dr. José Maurício Conti – de reconhecimento das regras financeiras como mandados de racionalização e estruturação da nossa democracia constitucional.

Direito Tributário Esquematisado Clube de Autores

A presente obra, Estudos de Direito Contemporâneo (vol. 2) possui como objetivo principal a discussão de questões de grande impacto relacionadas ao direito contemporâneo. Os autores, estudantes e pesquisadores do direito, abordam temas que refletem suas realidades sociais e investigam áreas de pesquisa promissoras. Dentre os assuntos abordados, destacam-se: casos específicos de ilegalidade de prisão em flagrante; audiência de custódia realizada pela autoridade policial; execução provisória da pena; investigação criminal defensiva; justiça restaurativa; liberdade provisória e fiança; acordo de não persecução penal; contratos agrários; perda de natureza securitária no contrato de seguros de automóveis; concursabilidade de créditos na falência; limitação constitucional do poder de tributar; acidente de trabalho; mediação familiar nos casos de guarda compartilhada; pessoas com albinismo; princípio de acesso à justiça e a efetividade em relação a pessoa com surdez. Esses temas são tratados com profundidade e curiosidade, sempre respeitando o rigor científico, tornando esta obra uma fonte sólida de análise e reflexão.

Dívida Pública Clube de Autores

O Direito Financeiro evoluiu. Não se trata mais daquela ciência jurídica que estudava apenas as finanças do Estado para a realização de suas funções perante a coletividade, e, especificamente, em relação às suas receitas e às suas despesas, bem assim, as formas de controle, pautadas no ramo do Direito Orçamentário. Atualmente, o estudo do Direito Financeiro engloba questões relacionadas à efetivação da justiça fiscal. Preocupa-se com a maneira mais equitativa de arrecadação, especialmente na sua fonte tributária. Desenvolve os mecanismos de gestão do Erário, que passam a se pautar em normas de governança pública, direcionando a sua atuação por medidas que se parametrizam pela moralidade, ética, transparência, eficiência e responsabilidade. Impõe aos gastos públicos novas formas de controle, a fim de observar o melhor interesse da coletividade, atribuindo ao gestor da coisa pública a responsabilização pelos seus atos e decisões na sua administração. E é disso que este livro trata.

Lições Esquematisadas de Introdução ao Estudo do Direito DWWeditorial

O projeto brinda a comunidade jurídica com densas monografias de expoentes do Direito Tributário pátrio, dentre os quais juízes, procuradores da república, professores universitários e advogados. São analisados, sob a perspectiva da interpretação constitucional e legal, o Sistema Constitucional Tributário e o Código Tributário Nacional, assim como a legislação tributária de âmbito nacional e federativa, da forma mais abrangente possível. Com efeito, a densidade cultural da obra aliada à sua dogmática pouco tradicional permite-nos, uma vez mais, entrever vida longa e renovada a essa festejada iniciativa tributária que nos lega a editora, através da genialidade de seus coordenadores Marcus Livio Gomes e Leonardo Pietro Antonelli, com um denso e incomparável Curso de Direito Tributário Brasileiro. (Luiz Fux, Ministro do Supremo Tribunal Federal).

Programa de direito financeiro e finanças Almedina Brasil

O Estado é o titular das finanças públicas e a ele compete a arrecadação tributária, filão maior das receitas que abastecem os cofres públicos. Quais limites podem ser impostos ao Poder Público? Quem controla a assunção de dívida dos entes federativos? Qual o papel dos Tribunais de Contas? Estas e outras questões são estudadas e aprofundadas na obra.

Direito Financeiro e Orçamentação Editora Blucher

A obra coletiva é resultado do evento “Open Data Day”, realizado pelo terceiro ano consecutivo na cidade de Natal/RN, com o objetivo de promover um debate democrático sobre o uso de dados abertos a partir de uma perspectiva multidisciplinar. As pesquisas propostas estão alinhadas com

o princípio da governança democrática e colaborativa para o uso da internet, de modo que a obra condensa trabalhos científicos de membros da comunidade acadêmica, da sociedade civil e do Governo, incentivados a aplicarem a Ciência Aberta em suas iniciativas.

Reintegra AYA Editora

A presente obra "Direito do estado, inovação tecnológica e desenvolvimento: estudos em homenagem a profa. Cleonice Alexandre Le Bourlegat", apresenta um rigoroso debate acerca desta temática, perpassando por elementos fundamentais como Direito do Estado e inovações tecnológicas; inovação tecnológica e desenvolvimento; e Direito do estado e desenvolvimento. Certamente esta obra contribui sobremaneira com o desenvolvimento socioeconômico e torna-se leitura obrigatória para quem pretende melhor compreender esta temática tão relevante para a sociedade.

Direito Financeiro - Série Universitária IELD Editora

É sabido que alguns dispositivos do orçamento público em relação ao direito fundamental não são devidamente aplicados, sendo responsabilidade de órgãos como o tribunal de contas a regulamentação e a instrução pedagógica na orientação de conduta, buscando a fiscalização por meio da política pública de controle. A nova lei de licitações, a Lei no 14.133/21, pode ser um importante instrumento de desenvolvimento regional e local. Cabe referenciar que a LC no 147/14 já vinha trazendo alterações à LC no 123/06 de elevada importância e que foram expostas nos tópicos acima. Uma vez que as micro e pequenas indústrias são consideradas relevantes mecanismos para a promoção do desenvolvimento local e regional, nos aspectos sociais e econômico, é de extrema relevância o aumento da participação das políticas públicas, com interesse em manter as MPEs no cenário competitivo. Tais vantagens são de aplicação compulsória aos Estados e Municípios e independem de regulamentação local. Ainda que alguns dispositivos ainda não sejam devidamente aplicados, é dever dos Tribunais de Contas a regulamentação e a instrução pedagógica, a fim de que a fiscalização impulse e induza, por meio da política pública de controle, o aquecimento das penas economias locais, fomentando empregos e corrigindo, por meio do planejamento, da correta arrecadação de receitas e das despesas públicas, as correções das distorções de mercado e das assimetrias carentes da redistribuição de rendas.

AGU - Direito Penal e Direito Processual Penal Elsevier Brasil

O escopo do livro é uma análise criteriosa e sistemática a propósito da atividade financeira do Estado e dos desdobramentos e decorrências da mesma, com um olhar especial para os quatro grandes aspectos do Direito Financeiro e que são objeto de normatização jurídica, especialmente à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Contabilidade Pública: a) os orçamentos públicos; b) as despesas públicas; c) as receitas públicas; d) o crédito público. A título de atribuir maior robustez à temática das finanças públicas foi incluído um quinto capítulo relativo ao controle externo da Administração Pública, particularmente em relação à sua atividade financeira com foco nas competências e atribuições dos Tribunais de Contas, o que consiste em inovação, pois há muita carência de base doutrinária a respeito.

DESAFIOS DO DIREITO NA CONTEMPORANEIDADE Vol.4 Editora Senac São Paulo

A corrupção é, sem dúvida, um dos maiores males que assola a humanidade, porque cruel, ela contribui para a dor na fila dos hospitais, na mesa vazia do desvalido, eis que, sorrateira, cresce e se desenvolve na escuridão do analfabetismo. Eis aí a razão pela qual se deve combatê-la, lutando no exercício de regate da cidadania, pouco importando se a tarefa é difícil. Sim, porque as mãos que a praticam, embora sujas, não deixam pegadas na quase totalidade das vezes. (...) É de todo oportuna, imperiosa, vigorosa a expressão de um enérgico grito de basta, a exigir um ponto final à impunidade, à cavilosa proteção mútua de certos homens que, sob pretexto de cuidar dos interesses de todos só o faziam em benefício próprio e em detrimento da sociedade. Basta! Basta! José Bernardo Cabral in Prefácio Relator-geral da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição Federal de 1988.

A materialidade dos direitos fundamentais sob o enfoque da justiça fiscal Expert Editora

Como elaborar uma petição inicial, abordando todas as peculiaridades da estrutura da peça de forma aprofundada e acadêmica, bem como, trazendo as principais peças do Direito Tributário com um modelo individual de cada

Curso de direito financeiro brasileiro Leya

O livro que agora se apresenta é uma ferramenta prática de estudo da Fiscalidade explicando o sistema fiscal português em três partes. Na primeira percorre os seus fundamentos estruturais e valorativos. Na segunda explica de forma minuciosa e prática os impostos mais importantes do

sistema fiscal português e, na terceira, a temática das garantias processuais dos contribuintes e das infrações tributárias. O seu objetivo primordial é o ensino universitário nos seus vários ciclos e a formação aplicada avançada.

Prática Tributária Leya

A comunidade jurídica brasileira reconhece que o estado de Pernambuco, um dos pilares da

cultura nacional, presenteou o Brasil com uma plêiade de juristas. O Desembargador Jones Figueirêdo Alves, recentemente aposentado após 46 anos de judicatura e Decano do Tribunal de Justiça de Pernambuco, é o homenageado desta obra coletiva, na qual renomados juristas abordam temas relevantes e atuais de direito civil e processo civil. Esta obra servirá como uma valiosa fonte doutrinária, sendo ainda expressão de gratidão da comunidade jurídica ao jurista que tanto contribuiu para o desenvolvimento do Direito.

Estudos de Direito Contemporâneo - Vol. 2 Deviant

Este manual visa facilitar a consulta sobre direito tributário e direito financeiro tanto para profissionais da área quanto para leigos, tendo em vista os atuais debates no âmbito nacional sobre a necessidade de reformas no que se refere ao montante de carga tributária e ao equilíbrio das contas públicas.

Best Sellers - Books :

- [The Boy, The Mole, The Fox And The Horse](#)
- [A Court Of Frost And Starlight \(a Court Of Thorns And Roses, 4\) By Sarah J. Maas](#)
- [Harry Potter Paperback Box Set \(books 1-7\) By J. K. Rowling](#)
- [The Complete Summer I Turned Pretty Trilogy \(boxed Set\): The Summer I Turned Pretty; It's Not Summer Without You; We'll Always Have Summer By Jenny Han](#)
- [The Body Keeps The Score: Brain, Mind, And Body In The Healing Of Trauma](#)
- [Kindergarten, Here I Come!](#)
- [Flash Cards: Sight Words By Scholastic Teacher Resources](#)
- [You Will Own Nothing: Your War With A New Financial World Order And How To Fight Back](#)
- [Blowback: A Warning To Save Democracy From The Next Trump](#)
- [A Court Of Thorns And Roses Paperback Box Set \(5 Books\)](#)